

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DAS JORNADAS DE JUNHO E JULHO DE 2013

Trabalho Final de Análise do Comportamento III



André Viel, 5º ano de Psicologia, UFPR, andrelviel@gmail.com
Caroline Petean, 3º ano de Psicologia, UFPR; caapet13@gmail.com
Gabriel Bin, 3º ano de Psicologia, UFPR; bingabrielbin@gmail.com

Resumo

A partir da aplicação de conceitos fundamentais da Análise do Comportamento (AC), conforme fundamentado por B. F. Skinner, tais como agências de controle, contracontrole, extinção e comportamento de grupos, o presente trabalho realiza uma análise, a partir de matérias jornalísticas, de quais foram os fatores comportamentais que condicionaram a eclosão e o desenvolvimento das manifestações de Junho e Julho de 2013. Por mais que tal fenômeno estivesse inserido em um conjunto de determinações econômicas e políticas que transbordam o espectro ontológico da AC, esta abordagem psicológica sugere possíveis demonstrações do caráter necessário das dimensões e da forma que teve este fenômeno, que imprimiu um ponto de virada na história recente do Brasil. Tal análise se faz especialmente relevante na situação política atual, na qual condições de crise existentes na época ainda se apresentam e se desenvolvem, como é o caso dos cortes na educação. Conforme analisamos neste trabalho, tais condições de crise trazem consigo aumento da repressão, e por fim, do contracontrole por parte das massas, assim como a extinção dos comportamentos relativos à manutenção da ordem institucional e reforçamento de comportamentos de contestação da ordem, por se demonstrarem mais efetivos na obtenção de consequências mais imediatamente reforçadoras.

Palavras chave: Análise do Comportamento, Agências de Controle, Política, Movimentos Sociais, Manifestações.

Introdução

Em uma sociedade regida sob um Estado Democrático de Direito, é previsto que as instituições forneçam os meios de estabelecer formas democráticas de decisão e controle do Poder, garantindo os direitos constitucionais e a manutenção da ordem, conforme afirma Queiroz (2009). Sob a égide de tal sistema seria concebível que indivíduos ou pequenos grupos, de forma esporádica e talvez accidental, pudessem vir a se opor a esta ordem de coisas, entretanto, a maioria estaria de acordo, por ser esta uma forma de organização social que privilegiaria o bem coletivo. O que vimos acontecer em 2013 não foi nenhum desses casos, mas sim um levantamento massivo de milhões de brasileiros, que por mais que sem uma bandeira que os unificasse completamente, se colocavam contrários à ordem e às instituições em diversos aspectos, frequentemente com violência.

Não se faz oportuno aqui questionar a existência ou não de um Estado Democrático de Direito no nosso país, ou suas características, mas se faz notável que um fenômeno social com tal dimensão não poderia ser ocasionado por contingências accidentais e fortuitas, por pequenos grupos agitadores, ou por puro controle midiático. Tais proporções e duração demandam que certas contingências operem de forma a afetar uma parte significativa da população brasileira de forma semelhante, não necessariamente quanto uma causa única original, mas quanto conjunto de determinações que encontram uma síntese em um movimento massivo em uma dada direção principal.

Diversas são as interpretações das causas de Junho e Julho de 2013, principalmente no campo da sociologia. Braga (2013) afirma:

Além de verificarmos a fadiga do atual modelo de desenvolvimento apoiado sobre o consumo degradante de força de trabalho barata, em gerar empregos e distribuir renda, devemos levar em consideração o aprofundamento da crise econômica internacional, bem como suas implicações sobre o atual regime de acumulação brasileiro em termos de desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Finalmente, percebemos a transformação de um estado mais ou menos latente de inquietação social que acompanhou o bom desempenho do PIB entre 2005 e 2010 em uma generalizada indignação popular que transbordou para as ruas nos últimos meses.

As explicações quanto aos aspectos sociais e econômicos deste fenômeno foram bastante discutidas, e há relativa concordância entre diversos grupos de pesquisadores e jornalistas quanto a tais aspectos, conforme discutiremos em seguida. Entretanto, não pudemos encontrar literatura que buscasse destacar os aspectos comportamentais deste fenômeno, ou seja, quais contingências de reforçamento e outros processos comportamentais foram responsáveis por determinar o comportamento dos indivíduos que, em grupo, formaram tais manifestações com a amplitude e forma que adotaram.

Um fator que indica ainda mais fortemente a importância de se compreender tal fenômeno é o fato de que agora, no ano de 2019, podemos identificar indícios de uma possível reedição do que vimos em 2013. As condições econômicas e sociais que embasaram 2013 não foram resolvidas, como se observa não pelo arrefecimento, mas sim pelo avanço das medidas antipopulares em diversos setores. Na educação tais medidas se mantiveram constantes, sendo 2016 o ano em que ocorreu o maior movimento de ocupações de escolas da História da Humanidade, conforme registrado no sítio da UBES em Dezembro de 2016, demonstrando-se um acúmulo de condições de transbordamento social e ruptura. No presente ano temos os cortes na Educação, que possivelmente acarretarão no fechamento de diversas instituições públicas de ensino, conforme sugeriu ser uma possibilidade o próprio reitor da nossa Universidade, o Prof. Dr. Ricardo Marcelo, em entrevista ao Brasil de Fato em 03/05/2019. Na Greve Geral de 14/06 deste ano, 26 estados e o DF foram atingidos pela paralisação, sendo que em 19 capitais os ônibus foram paralisados, conforme divulgado no sítio do G1 no mesmo dia, e diversas cidades contaram com barricadas travando o trânsito, como em Florianópolis, além do fato de que em São Paulo um carro foi incendiado e 10 pessoas foram presas.

Portanto, este trabalho tem como objetivo identificar quais os processos comportamentais envolvidos no desenvolvimento das Jornadas de Junho e Julho de 2013, de forma que se possa constituir uma análise básica para comparação e compreensão de novas manifestações populares de características semelhantes que possam vir a ocorrer.

Método

Para analisar tais processos comportamentais, abordamos alguns conceitos da Análise do Comportamento presentes no livro *Ciência e comportamento humano*, de B. F. Skinner (2003). Os conceitos utilizados foram: Comportamento de Grupos, Agências Controladoras e Contracontrole.

Antes de mais nada, para Skinner (2003, p. 341), ao se falar de comportamento do grupo, é importante frisar que é sempre um único indivíduo que se comporta, ainda que ele possa se comportar junto a outros. Ao se juntar a um grupo o indivíduo aumenta seu poder de conseguir reforço pois, em geral, ao se comportar como os outros se comportam, a probabilidade de ser reforçado é maior — as consequências reforçadoras geradas pelo grupo são maiores do que as consequências que poderiam ser conseguidas pelos membros se agissem separadamente. O efeito reforçador total é aumentado.

Conforme explica Skinner (2003, p. 363), reforço e punição são os instrumentos que grupos normalmente utilizam para exercer o controle ético sobre seus membros. As agências controladoras manipulam conjuntos de variáveis e são, geralmente, mais organizadas que o grupo em geral.

Citando Skinner (2003), “Talvez o mais óbvio tipo de agência empenhada no controle do comportamento humano seja o governo.” (p. 365) Na medida em que o poder do governo deriva do grupo, as definições se aproximam daquelas de "certo" e "errado".

O grupo classifica o comportamento como "certo" ou "errado" com propósitos de reforço ético, e a agência governante adota a distinção entre "legal" e "ilegal" . . . Entretanto, como a agência governamental opera principalmente através do poder de punir, a ênfase é sobre o "errado". (Skinner, 2003, p. 367)

Utilizamos os tópicos *Governo e Leis*, assim como *Economia* — dentro de Agências Controladoras — como temas centrais de nosso trabalho por entendermos que são as mais

relevantes para o estudo desse processo. As leis são as codificações dos procedimentos controladores do governo que especificam o comportamento esperado e a consequência caso não cumpridas — geralmente são punições (Skinner, 2003, p. 369-370). Como ferramenta, as leis apareceram para nós como parte importante para explicar os comportamentos analisados.

Já, sobre economia:

O poder que domina o controle econômico naturalmente permanece com aqueles que possuem o dinheiro e os bens necessários. A agência econômica pode consistir de um único indivíduo, ou pode ser tão altamente organizada quanto uma grande indústria, uma fundação, ou mesmo um governo. (Skinner, 2003, p. 436)

Skinner (2003) explica que, o governo, através da manipulação de variáveis, modifica e controla o comportamento dos membros do grupo e, estes, ao se comportarem corretamente, reforçam o poder governamental. Em contrapartida, os controlados podem escapar do poder que os dominam ou agir sobre ele, com o objetivo de reduzi-lo ou aniquilá-lo. O contracontrole é um dos efeitos colaterais produzidos pelo controle aversivo, em especial, a punição. O controle frequentemente é aversivo ao controlado. As técnicas baseadas no uso da força, como punição ou ameaça da punição, são aversivas por definição. A oposição ao controle resulta, então, no contracontrole.

Resultados

A partir da leitura das produções jornalísticas levantadas, colhemos a análise econômica e política que auxiliou na compreensão do contexto ambiental dentro qual aplicamos os conceitos da AC. Através disso retiramos os seguintes resultados no que se refere às seguintes agências controladoras.

Economia

No âmbito da Economia, consideramos os seguintes fatores: O país estava sentindo os efeitos da crise financeira global que eclodiu nos EUA em 2007, enquanto um país profundamente dependente do financiamento das grandes potências e de seus mercados para manter nossa balança comercial. Tal crise não foi completamente acidental, mas deliberada, de forma a fornecer melhores condições para que as oligarquias, principalmente a financeira e a bélica, pudessem voltar a estabelecer taxas de concentração de capital mais altas, conforme sintetiza o economista Benayon (2013). Tais grandes proprietários da época não existem de forma independente enquanto agentes econômicos, mas estão organicamente ligados a outras agências do Estado, como o Governo, e além disto ter sido afirmado nos jornais da época, Holland (1979) considera esta uma característica geral das sociedades atuais.

A consequência disso é que tal depressão econômica não é apenas um fenômeno numérico e abstrato, mas implica em aumento da carestia, do desemprego, e da precarização da vida em geral. Isto torna os reforçadores mais básicos, responsáveis pela saciação de necessidades vitais, de difícil acesso, tornando maior a probabilidade de aquisição de reforço através de comportamentos alheios à ordem institucional, tanto criminosos (roubo e tráfico) quanto contestatórios (manifestações e sabotagens). Por outro lado, a consequência de tais comportamentos por parte dos indivíduos da massa são respondidas, de forma inevitável em

uma sociedade aos moldes da nossa, pelo aumento da repressão violenta e pelo encarceramento massivo.

Governo e Lei

Conforme indica Mendes (2013), o país se encontrava após 10 anos de gerenciamento do Governo por parte do PT, sustentado em diversas promessas de grande apelo popular. Quanto à Reforma Agrária, principal pauta responsável por conquistar o campesinato brasileiro, grande parte da base eleitoral deste governo, jamais foi concretizada. Fez-se uma grande campanha colocando o Brasil como uma grande potência mundial, em que Henrique Meirelles, na época presidente do Banco Central, chegou a dizer que “Nós temos a 10ª maior economia do mundo e o Banco Mundial prevê que seremos a quinta até 2016”, entretanto, tal previsão se mostrou completamente falsa. Devido a medidas de caráter populista, e mesmo maquinações estatísticas, houve um suposto “crescimento da classe média”, em que se dissolveram cada vez mais as distinções entre distintas classes, propondo um desenvolvimentismo de conciliação fria. Desta forma, foi possível incluir os movimentos sociais em estruturas corporativizadas, de forma a castrar-lhes sua capacidade reivindicativa e de oposição, fazendo-os atuar enquanto parte da própria agência controladora.

Quanto ao aumento da repressão, sancionados ou ao menos pouco barrados pelas leis da época, os assassinatos anuais em conflitos por terra no campo foram de 25 em 2009 para 36 em 2012, além do fato de que em 2017 eram 2017, conforme indica o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2017. A população carcerária cresce de 361 mil em 2005 para 581 mil em 2013, conforme relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2017. Tal aumento da repressão é incentivado pelo monopólio da imprensa, sendo que na Folha de São Paulo, em 13/06/2013, foi dito que “É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes

para protestos na Avenida Paulista (...)"'. Acontece que dias depois, justamente em São Paulo, um "caveirão", que costuma ser utilizado para em operações de guerra nas favelas foi levado às ruas para reprimir uma manifestação de 1 milhão de pessoas.

As Jornadas

Conforme relatado no Jornal AND (2018), quanto às Jornadas de Julho e Julho propriamente ditas, há de se destacar alguns eventos importantes que às condicionaram. Em 2011, diversas foram as rebeliões operárias contra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que barracões industriais inteiros foram queimados. Neste mesmo ano se inicia uma paulatina ascensão do movimento grevista, com greves operárias nas obras da Copa da FIFA, opondo-se à sua realização, e conquistando apoio de diversos setores do funcionalismo público. Em Goiânia, em 2013, o aumento da tarifa é revogado para poder conter os protestos de rua radicalizados que se opunham a tal.

A partir deste acúmulo de condições críticas e aprendizados, um gatilho qualquer (o aumento da passagem em uma cidade em São Paulo) deu início a um fenômeno nacional e massivo, que transformou o caráter das manifestações locais que já vinham acontecendo localmente há alguns anos. Por mais que não houvesse uma organização ou programa unificado, as manifestações expressavam uma insatisfação generalizada com o conjunto da ordem social, o que encontrava respaldo em uma parcela gigante da população. Um traço distintivo dessas manifestações, sem o qual não se teria podido alcançar a estatura a que se chegou, foi o rompimento com a ação política pacífica e eleitoral, ou seja, através de uma votação a cada 4 ou 2 anos, e remotas petições e pressões puramente verbais às agências controladoras. O que se verificou foi política violenta e de massas, e não pacífica e de gabinete.

Discussão

A partir da exposição desses dados podemos passar a discutir sobre os possíveis processos comportamentais envolvidos, e as causas e variáveis que os precedem. O primeiro ponto a se observar é que por mais que um comportamento seja bastante complexo, jamais é isento de causas antecedentes que o justifiquem, portanto, podemos destacar que o fenômeno observado foi necessário, e não um capricho indeterminado. Também é importante lembrar que um fenômeno com uma complexidade tal não pode ser analisado de forma matemática, sendo que ficamos restritos apenas a observar as principais tendências que atuam em conjunto, e quais delas são mais relevantes.

Podemos inferir que a massividade do movimento se deu, em grande medida, em função de maioria da massa envolvida estar exposta a um ambiente relativamente comum, ou seja, que exercia controle de forma relativamente congruente à maioria dos indivíduos. São sempre os indivíduos que se comportam, e nunca os grupos, por mais que ambientes sejam sempre muito semelhantes, eles terão impactos diferentes em cada indivíduo, portanto, por mais que a relativa identidade de ambientes seja relevante, ela se torna apenas uma condição, e não o aspecto principal do conjunto das determinações deste fenômeno.

Outro aspecto é que as propostas do Governo exerceram controle verbal sobre a população, através tanto das campanhas eleitorais quanto das propagandas diversas pela televisão e pontos de ônibus, entretanto as consequências anunciadas não se seguiram. O camponês que apoiou o Governo para que fosse feita Reforma Agrária não recebeu terra, e talvez tenha recebido até mesmo chumbo, e esta foi a condição da maioria da população. Portanto, em geral, houve a tendência à extinção dos comportamentos legais, controlados pelo Governo e acordados com a ordem vigente. Se a agência controladora não exerce seu poder de reforçar ou de punir, ela perde seu poder de controlar, e com a extinção dos comportamentos que eram controlados dessa forma, é necessário que os indivíduos se comportem de formas diferentes para conquistar os reforçadores de que estão privados.

Somado a esta tendência à emissão de respostas diversas para conquistar certos reforçadores, destaca-se uma limitação para a amplitude de respostas que são possíveis ou vantajosas de ser emitidas. Uma característica fundamental de todo este período é o uso da repressão como sustentáculo do dito Estado Democrático de Direito, entretanto, tal forma de controle gera, inevitavelmente, contracontrole por parte da população. Ademais do contracontrole em geral, que pode ser pacífico, a forma de desempenhá-lo que efetivamente

afastou o controle das agências foi tendencialmente a forma violenta, visto que o contracontrole se opõe às medidas coercitivas que o originam, e se estas são violentas, a violência se torna necessária em grande parte dos casos como uma condição para que tal resposta possa ser emitida.

No início do levante não houve uma nova determinação externa extraordinária, apenas o acúmulo de diversas condições, e se verificou que o gatilho foi uma ocorrência qualquer. A chave da questão é que a massividade do fenômeno se originou quando se rompeu a condição de controle das agências, em função dos reforçadores omitidos, como já foi ressaltado, mas também em função de sua incapacidade de punir adequadamente. Grupos são sujeitos a contingências coletivas, que podem ser ineficazes individualmente, como é o caso aqui. O fato de que cada vez mais manifestações isoladas foram acontecendo fez com que chegasse um ponto em que tantos eram os indivíduos se rebelando, que fazer o mesmo tinha seu potencial aversivo diminuído, pois é possível prender 10 revoltosos, mas não é possível prender uma multidão de milhares. E a própria atuação em multidão possibilitava diversos reforçadores positivos (conquistar pautas) e negativos (não ser preso) que só são possíveis em grandes grupos, portanto, para desfrutar dos reforçadores em questão os indivíduos precisavam participar das multidões.

Tais multidões têm processos internos que às auxiliam a adquirir forma, como é o caso do comportamento imitativo. Quando se inicia um confronto de rua, talvez a resposta mais imediata seja recuar ou mesmo fugir. Entretanto, a presença de um grupo, por mais que pequeno, que se mantenha à frente bravamente pode fazer com que todo o conjunto da multidão se mantenha avançando. O mesmo se dá quanto ao arremesso de pedras e outros materiais, que para acontecer, precisa ter um primeiro indivíduo a começá-lo, a partir do qual outros podem seguir por diversos motivos. Seja porque causar dano ao outro lado seja potencialmente reforçador, seja para fornecer apoio para aquele que atacou primeiro e protegê-lo. Esta dinâmica interna pode até mesmo indicar uma aparente “desindividualização” dos participantes, de forma que o autocontrole passa a ser mais mediado por contingências sociais, e menos pelo comportamento verbal privado do indivíduo.

Uma característica muito peculiar de tais atos, é que se faz uso de um comportamento verbal compartilhado, sem o qual nenhuma manifestação seria possível, que são as palavras de ordem, os panfletos, cartazes, etc. Principalmente nas palavras de ordem, se torna nítido que uma dada resposta verbal é emitida não mais por um indivíduo, mas por uma multidão, o

que reforça o caráter coletivista do grupo, e fornece uma base verbal comum para que cada indivíduo oriente seu próprio comportamento. Tais artifícios são importantes para manter a unidade de movimento da massa, visto que sem unidade não existe movimento massivo, apenas movimento disperso e conflitante de diversos indivíduos. Uma das coisas que dificultou o desenvolvimento destes eventos foi justamente a ausência de uma liderança expressiva e consolidada, que pudesse organizar a ação combinada das diversas partes da multidão em movimento.

É importante destacar que tais manifestações condicionaram os participantes a se empenharem nesses comportamentos por terem se mostrado mais efetivos do que outros anteriores, como depender exclusivamente de eleições, atuar individualmente para conquista de objetivos políticos, etc. Portanto, tal aprendizado reside ainda nas massas brasileiras que participaram destas manifestações, o que fornece um repertório comportamental no conjunto da sociedade brasileira bastante mais amplo do que em 2013 para novas jornadas que venham a acontecer num futuro breve.

Conclusão

Visto que o principal objetivo deste trabalho é identificar quais os processos comportamentais envolvidos no desenvolvimento das Jornadas de Junho e Julho de 2013, podemos sintetizar que tal fenômeno se desenvolveu principalmente enquanto uma forma de contracontrole, exercido em condições que propiciavam o desenvolvimento massivo das manifestações e que tendia à violência. Tais condições foram o ambiente comum propiciado pelas agências controladoras que, por consequência de uma crise econômica, perdiam sua capacidade de controle, sendo respondidas por indivíduos reunidos em grandes grupos com uma dinâmica interna que conformou grande unidade, apesar da magnitude e amplitude do movimento.

Outro objetivo deste trabalho é fornecer uma base para comparação e compreensão de novas manifestações populares de características semelhantes que possam vir a ocorrer, e a partir do que aqui foi exposto, podemos argumentar em favor da compreensão de que, se as condições ambientais são semelhantes e o contracontrole é inevitável, existem duas alternativas. Ou a modificação das condições se dá pela própria dinâmica interna das agências controladoras, ou seja, pela via institucional, ou se dá pelo exercício violento e ascendente do contracontrole por parte das massas, de forma a modificar as condições ambientais à margem das agências controladoras, e modificá-las ou mesmo reconstruí-las. É claro que a tomada de posição quanto a tais questões transbordam os limites deste trabalho, mas caso ele esteja correto, será nas ruas que tal tomada de posição deverá ocorrer, e não aqui.

Referências

Benayon, A (2013). No limiar de 2013. *Jornal A Nova Democracia*, Ano XI, Nº 101, 1ª quinzena de Janeiro de 2013

Braga, R. (2013). As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. *Observatório Social de América Latina*, 8, 51-61.

Comissão Pastoral da Terra. (2018). Conflitos no Campo Brasil 2017. *Massacres no Campo*, 30 de maio de 2018. Acessado em:

<https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017>

Caldas, A. C. (2019). “Universidades públicas são solução, não problema”, diz reitor da UFPR após cortes. *Brasil de Fato*, Educação, 3 de maio de 2019. Acessado em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/universidades-publicas-sao-solucao-nao-problema-diz-reitor-da-ufpr-apos-cortes/>

DEPEN. (2016). Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias. Atualização - Junho de Acessado em:

http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf

G1. (2019). Cidades brasileiras tem paralisação e protestos nesta sexta-feira. *Política*, 14 de junho de 2019. Acessado em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/cidades-brasileiras-tem-paralisacoes-em-servicos-publicos-nesta-sexta-feira.ghtml>

Holland, J. G. (1979). Comportamentalismo: Parte do problema ou parte da solução?. *análise Psicológica*, 2, 59-75.

Mendes, I (2016). Algumas lições das Jornadas de Junho de 2013. *Jornal A Nova Democracia*, Ano XIV, No 171, 2ª quinzena de Junho de 2016.

Queiroz, C. (2009). Direito constitucional: as instituições do estado democrático e constitucional. *Coimbra: Revista dos Tribunais*, 98-99.

Redação de AND (2018). 5 anos das Jornadas de Junho de 2013 - Massas se rebelaram contra exploração e opressão. 13 de junho de 2018. Acessado em:

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Vol. 10, 325-436.

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. (2016). Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista. 22 de dezembro de 2016. Acessado em:
<http://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista>

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>